



# CADERNOS PENSE BRASIL VIRTUAL

## CRISE BRASILEIRA: AS URGÊNCIAS DE UM PAÍS EM TRANSE

Janeiro/Março de 2021 - Nº 9



**CRISE BRASILEIRA**

CADERNOS  
**PENSE  
BRASIL**  
VIRTUAL

**CRISE BRASILEIRA:**  
**AS URGÊNCIAS DE UM PAÍS EM TRANSE**

Copyright ©Fundação João Mangabeira 2021

**Diretor Presidente**

Ricardo Coutinho

**Diretor Vice-presidente**

Alexandre Navarro

**Diretor Financeiro**

Francisco Cortez

**Diretor de Estudos e Pesquisas**

Carlos Amastha

**Diretor de Organização**

Fabio Maia

**Conselho Curador**

Presidente

Carlos Siqueira

**Membros Titulares**

Adilson Gomes da Silva

Álvaro Cabral

Cristina Almeida

Dalvino Franca

Felipe Martins

Francisco Cortez

Gabriel Maia

Jairon Nascimento

James Lewis

Joilson Cardoso

Manoel Alexandre

Paulo Bracarense

Ricardo Coutinho

Serafim Corrêa

Silvânio Medeiros

Vera Regina Müller

**Suplente**

Henrique Antão

**Conselho Fiscal**

Membros Titulares

Alessandro Antônio Stefanutto

Jônia Maria de Lima Pompeu

Thyago Henriques de O. Madruga Freire

**Suplentes**

Orlando José Felipe Castells

Luciana de Oliveira

**Cadernos Pense Brasil**

**Coordenação-Geral**

Fabio Maia

**Coordenação Editorial**

Márcia Rollemberg

**Assessoria de Comunicação**

Luciana Capiberibe

**Edição**

Cocreare Consultoria

**Pesquisa e Texto**

Adriana Silva

Fernanda Rosas Pires de Saboia

João Eduardo do Nascimento Fonseca

Tamara Ilinsky Crantschaninov

**Projeto Gráfico**

Diagramação: Adriana Silva

Fotos da capa: <https://pixabay.com/pt/illustrations/afogamento-oceano-de-emergencia-2049247/>

Revisão: Eva Barbosa

**Assessoria de Comunicação e Redes Sociais**

Muganga Criativa Comunicação Digital

Distribuição: Versão eletrônica

Tiragem: 3 mil exemplares

Acesso e *download*: <http://fjmangabeira.org.br/pensebrasil>

Catálogo na publicação (CIP)

---

F981b

Cadernos Pense Brasil Crise Brasileira: As urgências de um país em transe. Fundação João Mangabeira. Editora FJM, 2021 - nº 9, janeiro/março.

36 p.il. color 21 x 27cm

1. Política - Brasil. 2. Crise Brasileira. 3. 2021  
I. Título. II. Fundação João Mangabeira (FJM).

ISSN 2674-7995

CDD 320

CDU 32 (81)

---



Fundação João Mangabeira

Sede própria – SHIS QI 5 – Conjunto 2 – Casa

CEP 71615-020 – Lago Sul – Brasília, DF

Telefax: (61) 3365-4099/3365-6277/3365-5279

[fjm@fjmangabeira.org.br](mailto:fjm@fjmangabeira.org.br)

[www.fjmangabeira.org.br](http://www.fjmangabeira.org.br)

[www.facebook.com/Fjoaomangabeira](https://www.facebook.com/Fjoaomangabeira)

[twitter.com/fj\\_mangabeira](https://twitter.com/fj_mangabeira)

[www.instagram.com/fjmangabeira](https://www.instagram.com/fjmangabeira)

[www.tvjoaomangabeira.org.br](https://www.tvjoaomangabeira.org.br)

[www.observatoriodademocracia.org.br](http://www.observatoriodademocracia.org.br)



## APRESENTAÇÃO

O Pense Brasil, realizado pela Fundação João Mangabeira, tonou-se um projeto necessário para o debate sobre os muitos problemas brasileiros. Um canal de reflexão, aberto para as participações de pensadores, cientistas, pesquisadores acadêmicos, políticos, ativistas, profissionais de todas as áreas. Agora, os encontros virtuais tem se consolidado como um espaço de análise crítica da realidade do Brasil e lugar de defesa de teses que podem colaborar com a construção de propostas para a virada tão necessária do País.

Em atividade há mais de um ano, em suas muitas edições, o Pense Brasil, desde a pandemia, na modalidade virtual, está reunindo um material de referência histórica, já que tem se prestado ao registro, também impresso, dos encontros. As informações podem ser revisitadas a qualquer momento, no *site* da FJM, a fim de balizar estudos; pautar novos debates; servir de base de reflexão e indicativos diversificados de lugares sociais diferentes,

visto que a diversidade dos participantes garante representação de setores de todos os campos do saber.

Nesta nona edição do Caderno Pense Brasil, intitulado Crise Brasileira: As Urgências de um País em Transe, a FJM e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) reiteram a importância do fortalecimento das bases democráticas e progressistas para os enfrentamentos necessários. Infelizmente para todos os brasileiros, o País está se afundando em problemas cada vez mais sérios, que envolvem, principalmente, política e economia; situação agravada pelos danos sanitários provocados pelo Coronavírus.

Entre janeiro e março de 2021, foram realizados cinco encontros virtuais, com transmissão pelas redes sociais da FJM e do PSB. O primeiro, intitulado Brasil Tem de Vencer a Pandemia e Bolsonaro: Urgência Nacional, contou com as participações do Ex-Ministro da Saúde, Médico Sanitarista e Professor da Escola de Medicina da Unifesp, Arthur Chioro; do Deputado Federal pelo PSB/PR, Aliel Machado; e do Deputado Estadual pelo PSB/AM, Serafim Corrêa.

Para debater Polícias e Milícias: Desafios Urgentes da Segurança Pública, a FJM reuniu o Antropólogo, Cientista Político e Professor Visitante da UFRJ e Ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, e a Diretora Executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno.

O tema Desindustrialização: Crise, Desafios e Superação foi abordado a partir das contribuições do Economista, Professor e Pesquisador da Unicamp, Marcio Pochmann; do também Professor na área de Teoria e Política do Planejamento Econômico na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Elias Jabbour; e do Presidente do PSB do Rio Grande do Sul, Mário Sander Bruck.

A quarta edição dessa série de encontros virtuais reuniu o Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Carlos Siqueira; o Jornalista Luís Nassif; e o Juiz Federal, Presidente da Segunda

Turma Recursal da Justiça Federal do Paraná, Eduardo Appio, para debater Justiça, Mídias e Ultraconservadores em Crise: Crítica de um País em Transe.

A série foi fechada com as participações do Diplomata Brasileiro e Ex-Ministro das Relações Exteriores e da Defesa, Celso Amorim, e o Deputado Federal pelo PSB/AP, Camilo Capiberibe, com o debate sobre A Nova Geopolítica Global e o Brasil Sequestrado pelo Atraso.

Novos encontros serão organizados porque, mais do que nunca, o silêncio é prejudicial. As pessoas comprometidas com este País precisam seguir resilientes para os embates no campo das ideias e prontas para promover as mudanças necessárias. Nesse sentido, a FJM e o PSB estão a postos, atentos e preparados para não deixar esta Nação sucumbir a este desgoverno.

**Ricardo Coutinho**

Presidente da Fundação João Mangabeira

# Manifesto Pense Brasil

A favor do fortalecimento da sociedade para o enfrentamento da crise brasileira

Fundação João Mangabeira

“

**NÃO**  
vamos  
**desistir**  
do **Brasil**

”



*Eduardo Campos*

# Manifesto Pense Brasil

A favor do fortalecimento da sociedade para o enfrentamento da crise brasileira  
Janeiro/Março 2021

Compreendendo as diversas manifestações realizadas durante os eventos Pense Brasil “Crise Brasileira: As urgências de um país em transe”, ao longo dos cinco encontros virtuais promovidos nos meses de janeiro a março de 2021;

## **A FJM defende como prioridades absolutas e estratégias de ação neste campo:**

1. Articulação entre todos os representantes da esquerda para a construção de uma agenda progressista comum que culmine na elaboração de um Plano Nacional de combate à crise brasileira;
2. Compromisso com as pautas progressistas para uma nova hegemonia, com ênfase no bem-estar, na educação, na saúde, no trabalho e renda e na cultura, assim como apresentado pela Autorreforma do PSB;
3. Atuação interna no Partido Socialista Brasileiro junto a todos os eleitos e todas as eleitas do PSB para combater os efeitos negativos causados pela Pandemia da Covid-19;
4. Defesa de uma agenda ampla para a criação de um plano emergencial a favor da retomada da industrialização no Brasil, com ênfase na área da saúde, a fim de garantir a soberania do País nesse setor;

5. Enfrentamento às decisões equivocadas do atual governo em relação ao combate da Covid-19 que tanto tem fragilizado o povo brasileiro;

6. Criação de medidas de proteção da imagem do Brasil diante do cenário político internacional;

7. Defesa da permanência e do aprimoramento do auxílio público aos brasileiros afetados econômica e socialmente pela pandemia;

8. Fortalecimento dos estados e municípios para os atendimentos necessários e precisos às vítimas sociais da pandemia;

9. Fortalecimento de políticas para a oferta de postos de trabalho e criação de renda;

10. Fortalecimento das políticas públicas que agem a favor da transparência do Executivo, do Legislativo e do Judiciário;

11. Criação de meios eficientes para o combate à violência em todas as regiões do Brasil;

12. Regulação e socialização das mídias sociais e instrumentos de comunicação, a fim de promover modelos de governança que combatam os efeitos destrutivos das *fake news*.



# PROGRAMAÇÃO EDIÇÃO VIRTUAL



## Brasil tem de vencer a pandemia e Bolsonaro: Urgência nacional

25 de janeiro

### **Jarthur Chioro**

Ex-Ministro da Saúde  
Médico Sanitarista, Professor da Escola de Medicina da Unifesp

### **Serafim Corrêa**

Deputado Estadual - PSB/AM

### **Aliel Machado**

Deputado Federal - PSB/PR

### **Ricardo Coutinho**

Mediação

# EDIÇÃO VIRTUAL PROGRAMAÇÃO

## Polícias e milícias: Desafios urgentes da segurança pública

1º de fevereiro

### **Luiz Eduardo Soares**

Antropólogo, Cientista Político e Professor  
Visitante da UFRJ, Ex-Secretário Nacional  
de Segurança Pública

### **Samira Bueno**

Diretora Executiva do Fórum  
Brasileiro de Segurança Pública

### **Ricardo Coutinho**

Mediador



## Desindustrialização: Crise, desafios e superação

8 de fevereiro

### **Marcio Pochmann**

Economista, Professor da Unicamp, Pesquisador do Centro  
de Estudos Sindicais e da Economia do Trabalho do Instituto  
de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp)

### **Elias Jabbour**

Professor na área de Teoria e Política do Planejamento  
Econômico na Faculdade de Ciências Econômicas  
da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

### **Mário Sander Bruck**

Presidente do PSB do Rio Grande do Sul

### **Ricardo Coutinho**

Mediador





## Justiça, mídias e ultraconservadores em crise: Crítica de um país em transe

24 de fevereiro

### **Carlos Siqueira**

Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB)

### **Luís Nassif**

Jornalista

### **Eduardo Appio**

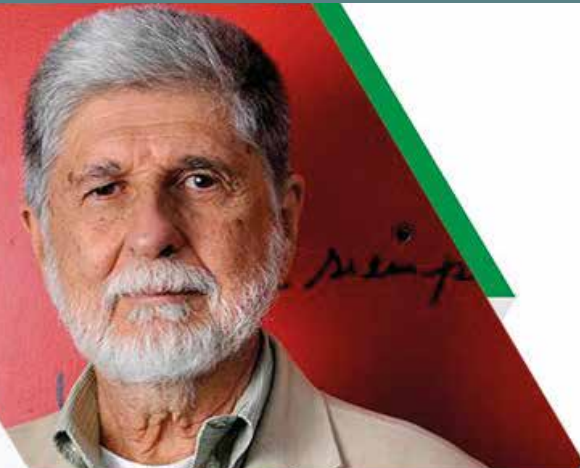
Juiz Federal, Presidente da Segunda Turma Recursal da Justiça Federal do Paraná

### **Ricardo Coutinho**

Mediador



# EDIÇÃO VIRTUAL PROGRAMAÇÃO



## A nova geopolítica global e o Brasil sequestrado pelo atraso

2 de março

### **Celso Amorim**

Diplomata Brasileiro, Ex-Ministro das Relações Exteriores e da Defesa

### **Camilo Capiberibe**

Deputado Federal – PSB/AP,  
Ex-Governador do Amapá

### **Ricardo Coutinho**

Mediador



## Brasil tem de vencer a pandemia e Bolsonaro: Urgência nacional

### **Arthur Chioro**

Ex-Ministro da Saúde  
Médico Sanitarista, Professor da  
Escola de Medicina da Unifesp

### **Aliel Machado**

Deputado Federal - PSB/PR

### **Serafim Corrêa**

Deputado Estadual - PSB/AM

### **Ricardo Coutinho**

Mediação

O Presidente da Fundação João Mangabeira, Ricardo Coutinho, abriu a primeira edição do Pense Brasil virtual de 2021 esclarecendo a urgência do tema pandemia, infelizmente não findada, e Bolsonaro que, enquanto presidente, promove, nas palavras do presidente da FJM, um genocídio dentro do País.

Ao iniciar o ano com 217 mil brasileiros mortos, vítimas da Covid-19, o Brasil passou a protagonizar, no cenário internacional, 10% das mortes do mundo. As crises política, econômica, social e sanitária colocaram em evidência o Sistema Único de Saúde (SUS) e debatê-lo, com foco na sua proposta de sistema integrado, tornou-se urgente, tendo em vista o desmonte da política pública de saúde, em curso no Brasil desde janeiro de 2019.

Esta edição do Pense Brasil reuniu o Ex-Ministro da Saúde, Arthur Chioro, Médico Sanitarista e Professor da Escola de Medicina da Unifesp; o Deputado Federal pelo PSB/PR, Aliel Machado, e o Deputado Estadual do PSB/AM, Serafim Corrêa.

“Nós vivemos uma situação extremamente desafiadora”, iniciou o Ex-Ministro da Saúde. Ele não acredita em superação das crises em curto espaço de tempo e arriscou afirmar que o Brasil ficará no fim da fila, na escala global. “Antevejo um arrastamento da nossa crise até o final de 2022”, disse ele.

Em relação às crises, Chioro entende ser, a política, a mais grave, em especial, devido à postura do Presidente da República. Para ele, trata-se de uma crise com nome e sobrenome: Jair Bolsonaro. “Os estudos feitos pelo Imperial College mostram que nós teríamos, no melhor cenário, alguma coisa em torno de 44 mil óbitos. O que já seria uma tragédia. O agravamento, entretanto, é criminoso e descamba para uma situação de genocídio.”

O Ex-Ministro é pessimista também em relação ao ritmo da vacinação. Para ele, não há intensidade de cobertura vacinal suficiente para frear o processo dramático que o Brasil está vivendo. E alerta quanto ao fato de a doença estar atingindo mais pessoas socialmente desatendidas.

O professor da Unifesp citou uma pesquisa, realizada na Escola de Medicina, em que médicos, enfermeiros, fisioterapeutas na UTI de Covid se infectam na faixa entre 4% a 7%. “Os trabalhadores de menor poder aquisitivo do hospital, pessoal da limpeza, pessoal administrativo, da manutenção, que tem uma renda muito mais baixa, chega a ter 34% de infecção, ainda que não se exponham da mesma maneira. É a infecção comunitária no transporte coletivo, nos meios de massa. Isso mostra o padrão da desigualdade.”

Quanto à crise sanitária, o Ex-Ministro chamou a atenção para um erro que vem sendo cometido no País, que é a baixa testagem. O pior, segundo ele, é ver milhares de testes vencidos num galpão em Guarulhos, porque o governo foi ineficiente na distribuição para estados e municípios.

Para provar a desarticulação do complexo médico industrial, Arthur Chioro citou o desmonte do setor, desde 2014, com a extinção do programa Mais Médicos; diminuição dos núcleos de apoio à saúde da família; e as mudanças dos critérios de financiamento. Ações do governo, nesse período, fizeram com que o Brasil fosse surpreendido sem equipamentos médicos básicos: luvas, aventais, máscaras, gorros, medicamentos essenciais, respiradores, agulha, seringa e, ainda mais grave, oxigênio.

Ao avaliar os erros do governo, o Ex-Ministro lembrou das equivocadas decisões no início da atual pandemia. Para ele, o País recebeu orientação como se fosse um único território, deixando de considerar as regionalidades e os processos assíncronos. Isso fez com que o *lockdown* fosse recomendado em regiões que não precisavam, deixando de tomar decisões onde mais precisava.

Ainda mais grave do que esse desconhecimento da territorialidade brasileira, na avaliação de Arthur Chioro, é o fato de o Brasil ter perdido completamente a capacidade de agir de maneira interfederativa. Segundo ele, o ente coordenador desse processo esteve ausente desde o início e se

enfraqueceu progressivamente com as trocas de ministros.

O Ex-Ministro não tem dúvida quanto ao fator gerador dessa crise mais recente. A Emenda Constitucional 95, com o Teto de Gastos, bloqueou práticas que eram necessárias e estruturantes para o fortalecimento do sistema de saúde pública no Brasil.

O mediador Ricardo Coutinho aproveitou o tema e colocou o pensamento do PSB sobre a PEC 95. Para ele, foi o maior erro que o Congresso cometeu nos últimos anos. “O Brasil não tem a menor condição de desenvolver uma mínima competitividade, porque não consegue investir. Os outros países investem e o Brasil não. Vamos ficar cada vez mais para trás”, acrescentou Coutinho.

O Deputado Federal Aliel Machado seguiu falando sobre as consequências da aprovação da PEC, que limitou o teto de gastos. “Num país que concentra a renda, onde falta infraestrutura para atender à população mais carente, onde a concentração do dinheiro público está centrada no Governo Federal, pouco sobrando para os municípios gerenciarem, políticas como a do SUS perdem seu poder, e o que se vê é esse desastre no atendimento à população”, disse ele.

Mas a PEC foi só a porta de entrada dos problemas, o PSB tem afirmado, constantemente, que as Reformas Trabalhista e Previdenciária precarizaram, ainda mais, as condições de vida da população carente de oportunidades.

Em busca de bons exemplos em toda essa história da pandemia, o Deputado Aliel Machado lembrou a importante mobilização da comunidade científica, das universidades, dos experientes profissionais da saúde, que amenizou, pelo menos um pouco, essa tragédia coletiva.

Outra ação importante, na avaliação do deputado, foi o posicionamento do Congresso Nacional, que agiu contra a ingovernança do Governo Federal e aprovou o auxílio emergencial em termos mais razoáveis do que aqueles defendidos pelo Presiden-

te Bolsonaro. “Nós aprovamos o orçamento de guerra, uma excepcionalidade, este ano, mas precisamos seguir combatendo nossos dois inimigos. Um liderando o País, infelizmente, mantendo-se negacionista, equivocado, mentiroso, criminoso. E, outro, o próprio vírus.”

O Deputado Estadual Serafim Corrêa, que já foi prefeito de Manaus/AM, fez uma narrativa inicial para intensificar a realidade da capital de seu Estado. A condição geográfica de Manaus, localizada no centro da Amazônia, com precárias condições de traslados, dificulta a logística de muitas políticas sociais. Quando são negligenciadas, fica ainda mais alarmante a situação de todo o Estado, com destaque para algumas cidades.

“Poucos brasileiros sabem que [os estados do] Amazonas e Roraima não estão ligados, por terra, ao restante do Brasil. Tanto que, nessa crise de oxigênio, quem deu as mãos ao Amazonas foi a Venezuela, por meio da fábrica da White Martins de lá, em contato com a fábrica da White Martins em Manaus, e pela ação do Governador de Bolívar, que é o Estado que faz fronteira com Roraima. Os dois mandaram carretas com oxigênio, que seguraram o abastecimento da cidade por três dias. O oxigênio [vindo] de Belém a Manaus demora sete dias.”

O deputado relatou que o fechamento do programa Mais Médico intensificou muito a crise da saúde no Amazonas. Durante muito tempo, o atendimento feito pelos médicos cubanos, colombianos e peruanos era o único oferecido nas cidades do interior do estado.

A crise política em Manaus também ganhou relevância na fala do Deputado Serafim Corrêa. “Em onze meses de pandemia, nós tivemos três secretários de saúde com complicações muito graves. Dos três secretários, dois foram presos por causa de respiradores”, explicou o Ex-Prefeito. Para agravar, as chuvas no estado começam em novembro e só param em maio. A umidade criou um ambiente propício para a disseminação do vírus.



Para o Deputado, a crise não é única e abrange as relações políticas entre Governo Federal, governador e os prefeitos. Segundo ele, não há articulação. “O Programa de Imunização Nacional tem quase 50 anos, creio que é de 1973. Havia toda uma articulação entre Ministério da Saúde e secretarias estaduais e municipais. Essa articulação não existe, no Amazonas. Ao contrário. Ficam batendo cabeça, um acusando o outro”, relatou o deputado.

A desigualdade social no Amazonas, segundo o deputado, separa o seringal, onde estão os mais pobres, e o barracão, onde vivem os mais ricos. Na primeira fase da pandemia, o problema ficou concentrado nas comunidades carentes; nessa segunda, todos ficaram vulneráveis.

Ricardo Coutinho interagiu no debate fazendo referência a um editorial recém-publicado no *Financial Times*, em que o jornal reconheceu a falência do neoliberalismo, com ênfase na visão de que a saúde precisa ter o poder público atuante, para defender a sociedade.

Sobre o programa Mais Médicos, citado por todos os debatedores, Coutinho asseverou que os 18 mil profissionais participantes, entre eles, 11 mil cubanos, atendiam a 63 milhões de brasileiros. O seu fechamento agravou a crise em muitas localidades do País.

O Ex-Ministro da Saúde, Arthur Chioro, avaliou o programa relatando as diferentes experiências de vários países no mundo, no momento inicial da pandemia. Enquanto uns focaram na criação de leitos para atender à população doente, outros investiram na atenção básica; orientando sobre o uso de máscara; alertando quanto ao isolamento; mudando os hábitos de higiene, na tentativa de evitar a proliferação da doença.

No caso da segunda estratégia, reconhecida a sua eficiência, a proximidade de médicos da comunidade é essencial. A inexistência dos profissionais atrelados ao programa Mais Médicos afetou muitas partes do País, que seguem sem substitutos a essa

política, criada na gestão do Ministro Alexandre Padilha.

Os impactos positivos do programa podem ser observados em inúmeros trabalhos acadêmicos, muitos deles de conhecimento do professor de medicina Arthur Chioro. “Impacto inclusive sobre mortalidade infantil, sobre internações e mortalidades por causas sensíveis à atenção básica. O resultado é fantástico”, testemunhou o debatedor.

Quanto à motivação para o desmonte desse programa, o Ex-Ministro não titubeou em anunciar: Empenho de lideranças políticas no Congresso e limitações impostas pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto. Na mesma linha, houve o desmonte do programa Farmácia Popular e da Política de Saúde Mental.

Para o Deputado Federal Aliel Machado, o fim do programa Mais Médicos e outras práticas similares faz ecoar o pensamento do governo de Jair Bolsonaro e de parte dos deputados que compõe o Congresso Nacional. “A articulação, o trabalho, a denúncia, em relação a esse comportamento hostil do governo, nós conseguimos fazer, mas ainda há uma resistência muito grande por parte daqueles que têm essa visão econômica liberal agressiva contra as pessoas mais simples, da insistência de que o caminho do arrocho, da retirada de direitos, é o caminho para tirar o País da crise.”


Nessa linha, o alerta do deputado é para a proteção do SUS. Ele acredita que o sistema está ameaçado e que todas as forças progressistas deveriam se unir para garantir que o sistema tenha subsistência própria; promover articulações de resistência.

Ao refletir sobre o impacto do fechamento do

programa Mais Médicos, em Manaus, o deputado Serafim Corrêa compartilhou a informação de que o sistema de saúde privado da cidade é insuficiente para atender à população mais rica. Na avaliação dele, mais de mil vítimas da Covid devem estar sendo tratadas na capital paulista, nos hospitais de luxo; deixando evidente a precariedade de Manaus em toda a área de abrangência do atendimento médico.

Para completar e ampliando a reflexão, o Ex-Prefeito avaliou que o fim do auxílio do governo tem impactado sensivelmente a população mais necessitada de apoio social. Ao descrever a realidade do seu Estado, Corrêa falou que, no interior do Amazonas, a primeira fonte de renda é o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da previdência. A segunda fonte era, antes do auxílio emergencial, o bolsa família, que passou a ser a terceira fonte de renda. E a quarta é a folha de pagamento da prefeitura, pela falta de atividade econômica no interior.

Os três debatedores, conduzidos pela mediação de Ricardo Coutinho, fizeram constatações claras sobre a importância do SUS no Brasil e o impacto negativo, ainda maior, se o sistema não existisse nesse momento fatal da pandemia. Mas também constataram que a qualificação da política é emergencial. Para ilustrar, o Ex-Ministro da Saúde, Arthur Chioro, a partir de avaliação do orçamento público federal apontou que, em 2019, foram financiados R\$ 3,80 por habitante, por dia, para garantir de vacinas ao transplante. Esse valor, sem qualquer dúvida, é insuficiente para manter o sistema e promover a qualificação que o brasileiro deseja e que o Brasil merece.



## Polícias e milícias: Desafios urgentes da segurança pública

### **Luiz Eduardo Soares**

Antropólogo, Cientista Político e Professor  
Visitante da UFRJ, Ex-Secretário Nacional  
de Segurança Pública

### **Samira Bueno**

Diretora Executiva do Fórum Brasileiro de  
Segurança Pública

### **Ricardo Coutinho**

Mediador

“Complexo, profundo e desafiador para a administração pública.” Assim adjetivou Ricardo Coutinho, Presidente da Fundação João Mangabeira e mediador do Pense Brasil, o tema da 29ª edição do encontro virtual que abordou Polícia e Milícias: Desafios Urgentes da Segurança Pública. Com as participações do Antropólogo, Cientista Político e Professor visitante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Luiz Eduardo Soares, e a Diretora Executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno, o debate foi abrangente e ultrapassou o cotidiano político, se aprofundando nas referências históricas brasileiras.

Ainda introduzindo o tema, Coutinho alertou que, muitas vezes, o debate restringe-se a simples avaliações de números e estatísticas, mas que a violência vem afetando a vida do povo brasileiro e, principalmente, das populações mais empobrecidas, ao longo deste século XXI.

A experiência vivida pelo Ex-Governador da Paraíba serviu de base para asseverar que existem caminhos a serem percorridos no campo das políticas públicas para reverter a violência. A dedicação e o envolvimento de Ricardo Coutinho, ao longo de seus dois mandatos, colocaram seu Estado em destaque. “A Paraíba se transformou no único caso, na segunda década do século XXI, a reduzir, durante sete anos seguidos, depois conquistou, em 2019, 8 anos seguidos do número menor de homicídios, ano após ano.”

Para o Ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, o tema Segurança Pública é complexo e, exatamente por isso, exige sempre novas reflexões e interlocução com outras áreas disciplinares. “Essa é uma área fundamentalmente intersetorial, multidisciplinar, interinstitucional. Ao mesmo tempo, nos conduz sempre à necessidade de reconhecermos, humildemente, a nossa limitação, a finitude. Em certa medida, nós estamos diante de um dos maiores desafios da sociedade brasileira”, explicou o debatedor, autor

de vários livros sobre o tema.

Para balizar o debate, foi necessário reconhecer que essa transição da ditadura para a democracia, para o estado democrático de direito, deu-se sob uma forma negociada, como é típico da história brasileira. Segundo o antropólogo, um dos custos foi a imobilização, a cristalização, ou o congelamento da institucionalidade da Segurança Pública, forjada a partir de 1969.

“Havia uma história longa, marcada pelas desigualdades profundas que marcam a nossa sociedade, as iniquidades conhecidas, o racismo estrutural, a escravidão de praticamente quatro séculos e essas marcas profundas que se converteram quase que em atavismos da sociedade brasileira, de tal modo que nós nos transformamos tão profundamente, mas carregamos conosco, até hoje, essa carga do passado mais do que cicatrizes e do que vestígios, a presença ainda via racismo estrutural e desigualdades dantescas dessas características históricas.”

Com a Constituição de 1988, especialmente o Art. 144, que estabelece as condições de funcionamento e dita as características, prioridades e responsabilidades das instituições de Segurança Pública e suas inter-relações, há a definição de uma arquitetura estrutural.

Soares reconheceu um fator contraditório importante, a fim de estabelecer medidas para o entendimento dos processos político e social no campo da Segurança Pública. Segundo ele, de um lado, estava postada a temporalidade democrática, com todos os limites, mas caracterizada pela afirmação de identidade; conquistas de direitos; ampliação de participação; inclusão; redução de miséria absoluta; com expectativas de redução das desigualdades, e perspectivas crescentes de ampliação da cidadania como valor, traduzida institucionalmente. Do outro lado, o congelamento das estruturas organizacionais. “Nós sabemos que estruturas organizacionais não são organo-

gramas. Trazem consigo homens e mulheres de carne e osso, com suas formações, seus valores, as crenças, etc.”

A isso se somaram, historicamente, as questões pertinentes às variações regionais. O resultado desse conflito processual reflete-se no genocídio de jovens negros e de jovens pobres, nas periferias e favelas; na brutalidade policial e degradação pela corrupção, “que são parte integrante e indissociável da própria mutualidade policial sem limite”.

O tempo tem mostrado o envolvimento e a cumplicidade da Justiça e do Ministério Público e a anuência de muitos políticos, assim como a necessidade de revisão, pelo Estado e por suas instituições, da situação brasileira relativa à violência que prospera na sociedade.

Objetivamente, José Eduardo Soares recomendou importante lição de casa a ser feita: “Criação de instrumentos institucionais capazes de lidar com a problemática social que, evidentemente, transcende os aspectos policial e jurídico, que tem a ver com as próprias questões relativas às conquistas sociais e às desigualdades profundas e os dramas sociais que têm de ser enfrentados prioritariamente”.

Para a Diretora Executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno, há uma intrínseca conexão entre sua narrativa de experiências e o Fórum, visto que ela está envolvida com a entidade há 12 anos. Mas, para criar sintonia de debate, a especialista partiu de onde parou Luiz Eduardo Soares. Segundo ela, ao longo do processo de redemocratização do País, a Segurança Pública ficou quase como uma área restrita ao universo policial, cujas forças armadas sempre detinham determinado poder.

Essa formatação não tem conseguido garantir a transparência necessária. “A gente sabe que isso é um desafio em qualquer área de gestão pública, mas no caso da Segurança Pública, historicamente, isso é ainda pior”, disse ela.

Samira Bueno contextualizou que a Segurança

Pública não era vista como uma política social, gerida pelos policiais, com limitações de governança. Para exemplificar, citou o número expressivo de greves do setor, deflagradas ao longo dos anos.

Sobre o Fórum, a diretora contou que a iniciativa surgiu na tentativa de produzir transparência e promover prestação de contas, a fim de incentivar o debate qualificado sobre Segurança Pública. “Se a gente vai debater políticas de segurança, é preciso fazer isso com evidências para, na sequência, pensar as soluções mais adequadas para o enfrentamento desses diferentes tipos de violência que têm diferentes causas”, explicou a debatedora.

Está claro, na fala de Samira Bueno, que, para endereçar ações e políticas públicas para os muitos dilemas abarcados pela violência, implica entender a realidade. Essa foi a premissa que balizou a criação do Fórum, em 2006. A falta de transparência e a resistência em fornecer dados, foram os dois problemas que justificaram o início das atividades do Fórum.

A Lei de Acesso à Informação mostrou-se, nesses anos todos, um instrumento muito importante para que o trabalho dos pesquisadores do Fórum pudesse ser efetivamente realizado. Outro fato relevante foi o aparecimento do tema violência, como principal problema do País, na fala do brasileiro.

Para Samira Bueno, não é à toa que o Brasil contabilizou, somente no primeiro semestre do ano passado, mais de 25 mil mortes violentas intencionais, que é uma soma dos homicídios, latrocínios, feminicídios, das mortes por intervenções policiais. “O Brasil, no meio de uma pandemia sem precedentes, teve 7% de crescimento na violência letal. Em 2020, os assassinatos voltaram a crescer, depois de dois anos de estabilidade nas ocorrências. Os feminicídios atingiram o seu recorde. Também as agressões em decorrência de

violência doméstica, foram recorde. Os números de estupros, igualmente. Em mais de 66 mil estupros, as vítimas foram, em sua maioria, crianças. Mais de 53% das vítimas de violência sexual, no Brasil, têm no máximo 13 anos.”

Sob o ponto de vista da gestão, um entrave, segundo a Diretora do Fórum, é conceber a existência de 27 polícias civis, militares, e políticas de segurança diferentes, porque cada estado tem a sua própria estrutura, com modelos de Boletim de Ocorrência, inquéritos, denominações de crimes distintos, dificultando a harmonização dos dados.

Instigado pelo mediador Ricardo Coutinho, o antropólogo Luiz Eduardo Soares abordou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 51; a questão dos Direitos Humanos; e a relação do tema com a Segurança Pública, na perspectiva definida pela própria Constituição.

Para justificar as propostas da PEC 51, o debatedor alertou que, apesar de algumas boas práticas, como as narradas pelo Ex-Governador da Paraíba, o Brasil não foi capaz de assimilar as iniciativas exitosas, as boas experiências em intervenções preventivas efetivas. “Não fomos capazes de desenvolver modelos de investigação, inclusive com perícia adequada.” O resultado dessa constatação, de acordo com Soares, é a baixa taxa de esclarecimento, o que não significa impunidade. Ao contrário, enfatizou o antropólogo, o Brasil reúne aproximadamente 800 mil detentos. A terceira população penitenciária do mundo.

Segundo Luiz Eduardo Soares, o subgrupo que mais cresce no interior do universo penitenciário é aquele composto pelos que respondem por acusações; não foram julgados; ou cumprem sentença por tráfico de substâncias ilícitas. “Predominantemente, são os operadores do varejo. Presos sem arma, sem prática de violência, sem laço conhecido com organização criminosa. Lançados à própria sorte, são submetidos, frequentemente, ao domínio

de facções criminosas. São frequentemente jovens negros e pobres, das áreas mais vulneráveis.”

O alerta feito pelo antropólogo acentua a necessidade do debate sobre as políticas públicas de segurança. Ele asseverou que, pesquisas realizadas ao longo dos últimos 15 anos, aferem que 70% dos entrevistados, inclusive membros das várias corporações, concordam que o atual modelo de polícia não funciona. Se não, porque sua manutenção? É a pergunta que sustenta o embate.

Uma parte faz o trabalho ostensivo, preventivo, uniformizado, que é a Polícia Militar. A outra parte faz a investigação. Para o Ex-Secretário de Segurança, isso não funciona. “Não estamos investigando, não estamos prevenindo e não há comunicação, nem mesmo cooperação. Há disputa e rivalidade”, sentenciou.

A questão-chave na fala de Luiz Eduardo Soares é a estrutura organizacional. Para ele, a desmilitarização, o que não significa falta de hierarquia, nem mesmo unificação, precisa ocupar a pauta das lideranças do Brasil. Para explicar melhor, o debatedor citou a realidade de São Paulo, estado que tem 70 mil policiais militares e 35 mil ou mais policiais civis. “Não estamos propondo a unificação, mas é possível ter várias polícias, multiplicando-as, para que elas sejam definidas ou por territórios ou por funções específicas de enfrentamento de certas modalidades de criminalidade, como acontece em tantos países do mundo.”


O Presidente da FJM, Ricardo Coutinho, destacou que o Fórum sempre considerou o modelo brasileiro de Segurança Pública obsoleto e resistente às reformas. Então, instigou Samira Bueno a responder quais são os principais problemas desse modelo fracassado e quais propostas de mudanças deveriam ser implementadas.

Desafiada, a Diretora Executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno, abordou a questão da desmilitarização; a defesa

das carreiras; a arquitetura institucional e voltou a 2009, quando aconteceu, no Brasil a primeira Conferência Nacional de Segurança Pública (Consep). “Estavam, ali, a sociedade civil, reunida com os policiais, com os movimentos sociais, no Ministério da Justiça, pensando em como produzir uma Segurança Pública diferente, com a participação social. A certeza, naquele momento, era a necessidade de modernização no campo da Segurança Pública, no sentido de gerar mais eficiência e melhores condições de trabalho.”

Para Samira Bueno, 11 anos depois, o sentido indicado é completamente contrário. O que assusta é o fato de algumas propostas em tramitação poderem significar um retrocesso ainda maior. “Eu diria que o nosso grande desafio hoje é: Como fazer com que o campo não piore ainda mais. De um lado, o Brasil tem um alto índice de suicídio de agentes de segurança, vulneráveis à baixa qualidade de trabalho e, do outro, com números obscenos de violência, de letalidade policial.”

No final de sua resposta, a debatedora reconheceu que o Partido Socialista Brasileiro (PSB) é um dos poucos partidos que conseguiu desenhar uma política de Segurança Pública progressista.



## Desindustrialização: Crise, desafios e superação

### **Marcio Pochmann**

Economista, Professor da Unicamp  
Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais  
e da Economia do Trabalho do Instituto de  
Economia da Universidade de Campinas (Unicamp)

### **Elias Jabbour**

Professor na área de Teoria e Política do  
Planejamento Econômico na Faculdade de  
Ciências Econômicas da Universidade Estadual  
do Rio de Janeiro (UERJ)

### **Mário Sander Bruck**

Presidente do PSB do Rio Grande do Sul

### **Ricardo Coutinho**

Mediador

“O tema da desindustrialização é fundamental porque, na verdade, significa o aumento do desemprego, aumento da dependência e, por que não dizer, redução de soberania.” Assim iniciou, o Presidente da Fundação João Mangabeira (FJM), Ricardo Coutinho, mais uma edição do Pense Brasil Virtual.

Com as participações do Economista, Professor e Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e da Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Unicamp, Márcio Pochmann; do Professor de Teoria e Política do Planejamento Econômico na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Elias Jabbour; e do Presidente do PSB do Rio Grande do Sul, Mário Sander Bruck, no encontro virtual, foram abordados a desindustrialização, a crise, os desafios e a superação.

O debate ganhou relevância depois do anúncio de fechamento das unidades industriais da Ford, nos estados de São Paulo, Bahia e Ceará, e da extinção de 118 mil postos de trabalho.

Ricardo Coutinho fez uma introdução um pouco mais ampliada, para mapear a conversa. Informou que, nos anos 1980, o peso da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) era de 33%. Em 2018, foi de 16%. Nos últimos cinco anos, o comércio exterior desse setor passou de um superávit para um déficit de US\$ 65 bilhões.

Avaliando o setor da saúde, a Fiocruz afirmou que as importações, no ano de 2020, superaram os R\$ 100 bilhões; o maior déficit comercial do País, estimado em US\$ 15 bilhões ou R\$ 75 bilhões. Se forem acrescentados os custos com *royalties*, tecnologia, *software*, esse valor pode chegar a US\$ 20 bilhões, ou seja, mais ou menos o orçamento inteiro de um ano do Ministério da Saúde.

Ainda na década de 1980, o Brasil chegou a produzir 55% dos insumos farmacêuticos de que necessitava. Atualmente, produz apenas 5%. Nos

últimos 20 anos, foram fechadas 1.300 fábricas, só no setor da saúde, no Brasil. E 1/3 da ciência nacional está no campo da biologia.

Coutinho lembrou a nota pública divulgada naquela semana (2 de fevereiro), pela Coordenação dos Programas de Pós-graduação e Engenharia da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), informando que o orçamento previsto para 2021 previa um corte de 34% no repasse do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Nessa mesma linha, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) terá R\$ 1,2 bilhões a menos do que em 2019. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) terá apenas 18% do que dispunha em 2019 e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico deve perder R\$ 4,8 bilhões, em 2020. Dificultando muito mais os avanços nos campos da inovação tecnológica e industrial.

O economista Marcio Pochmann referiu-se ao livro *Visão do paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda, para ilustrar que, na década de 1920, quando predominou o chamado Brasil Agrário, o País não tinha projeto nacional e era totalmente dependente. Entre 1930 e 1980, ainda na narrativa do professor universitário, consolidou-se uma sociedade urbana e industrial centrada no trabalho assalariado e na cidadania regulada por direitos sociais trabalhistas. “A indústria foi basicamente uma espécie de coluna vertebral que permitiu sustentar o apogeu, o crescimento econômico, o emprego, a criação de uma ampla classe trabalhadora industrial, uma ampla classe média assalariada, dos empregos intermediários, das empresas privadas e das estatais, na administração pública”, completou o debatedor.

O declive desse percurso, segundo Pochmann, começou a partir dos anos 1990, quando o Brasil se inseriu na globalização neoliberal de maneira passiva e subordinada. O professor lembrou que os

países que não aceitaram as condições impostas, como a China, por exemplo, saíram-se muito melhor. O Brasil começou a perder parte significativa da sua indústria e se apresentava incapaz de promover a inovação tecnológica.

Ao encolher precocemente, com a desindustrialização, o Brasil perdeu a capacidade de produzir e competir internacionalmente, levando o País a depender, outra vez, do neoextrativismo. “Cada vez mais, o Brasil foi perdendo a capacidade de ter autonomia nas suas decisões, e, de certa maneira, esperando que algum milagre pudesse vir do exterior”, enfatizou o economista.

O setor de serviços, mesmo oferecendo empregos de qualidade, vinculados a atividades de maior conhecimento, pesquisa e inovação, tem intensificado a concentração de renda que voltou a ganhar dimensão no País, a partir de 1990.

De maneira didática, o professor pontuou que a maior ocupação no Brasil ainda é o trabalho doméstico. A segunda, o trabalho de segurança privada; e, a terceira, são os entregadores de plataformas digitais. “Essas ocupações não se vinculam à atividade econômica produtiva propriamente dita”, reiterou. Depois, foi crítico ao afirmar que a sociedade de serviços está organizada como no velho modelo agrário da casa grande; dos condomínios de ricos rodeados de prestadores de serviços.

Para ele, trata-se de uma perversidade, resultado de um País sem dinamismo econômico, que não consegue gerar emprego nem renda. Os direitos sociais trabalhistas são cada vez mais ameaçados, porque o setor está preocupado em produzir para aguentar a competição externa, para tentar exportar, e ver cada vez mais o salário do trabalhador como um custo.

Mudar a atual realidade, segundo Marcio Pochmann, não depende da economia e sim da política. “O Brasil hoje é uma espécie de pronto-socorro, em que o médico, o profissional da saúde

está ali para atender aos casos emergenciais. E quem está pensando o amanhã?”, perguntou o economista.

O PSB, com certeza, está, em especial nos últimos dois anos, com sua autorreforma e a proposta de um Projeto Nacional com ênfase nas potencialidades do Brasil, como, por exemplo, a Economia Criativa, a Amazônia Azul e a riqueza advinda da biodiversidade.

Elias Jabbour recorreu ao economista brasileiro Ignácio Rangel quando afirmou que o Brasil, com a União Soviética e o Japão, foram os países que mais cresceram no mundo, entre os anos de 1930 e 1980. “No caso do Brasil, é como se nós estivéssemos saído da Idade Média, em 1930 e tivéssemos entrado na idade contemporânea, em 1980. Em 50 anos, o Brasil fez um caminho que a Europa demorou 300, 400 anos para ser feito. Então, o dinamismo brasileiro é ainda um *case* a ser estudado”, enfatizou o debatedor.

Sem desconsiderar as contradições brasileiras, o processo de industrialização do Brasil foi rápido, assim como tem sido veloz o desmonte do setor. Jabbour levantou duas questões importantes para o debate. Primeiro, a história do País e, segundo, a regressão que, anunciando sua radicalidade, cogitou o esfacelamento da nação brasileira. O fato, na versão do professor, é que, qualquer sociedade, na qual se tenha negado o direito de planejar e se desenvolver, tende ao desaparecimento.

Em relação à história, a análise ficaria frágil, sem conceber o panorama internacional; a retomada da hegemonia americana; a questão da crise das dívidas, desde a mexicana, em 1982, até os equívocos que o Brasil vem cometendo, um atrás do outro, a partir da década de 1980.

Ao longo da segunda revolução industrial, o País criou condições para inaugurar o metrô de São Paulo com equipamentos brasileiros; com

trilhos e locomotivas nacionais; com escadas rolantes feitas no Brasil. “Construímos Itaipu e Tucuruí basicamente com turbinas produzidas internamente.”

Entretanto, no estágio seguinte de desenvolvimento, a conversão dos problemas urbanos, sem uma reforma agrária, intensificou ainda mais o acúmulo de capital.

O desafio não era combater a inflação, como tem-se tentado desde o plano cruzado até o plano real e, sim, a abertura de novos campos de acumulação da economia. O Brasil transformou uma crise de superpopulação agrária em uma crise de superpopulação urbana, disse Jabbour.

Para ele, houve muita concentração, para combater a inflação. Naquela época, acreditava-se que o Brasil tinha que combater primeiro a inflação, sem perceber que a inflação no Brasil apresentava uma característica específica, pois cedia à medida que o País voltava a crescer. “Infelizmente, Ignácio Rangel foi o único economista brasileiro que colocou o dedo na ferida de que o passo seguinte do Brasil era enfrentar a questão das infraestruturas estranguladas”, explicou o debatedor.

Pensando nas mudanças que precisam ser operacionalizadas, Elias Jabbour falou sobre a criação de uma frente que possa unir a esquerda, nas próximas eleições. “Eu não acredito que iremos ao segundo turno com dois ou três candidatos progressistas”, intensificou sua opinião.

O Presidente do PSB do estado do Rio Grande do Sul, Mário Bruck, falou sobre os governos anteriores e, ao mencionar a gestão Bolsonaro, concluiu não haver nenhuma política solidificada. “O Brasil precisa se reencontrar, ter uma política de País, valorizar a indústria.”

Para ele, a esquerda não foi capaz de produzir as respostas que o Brasil precisava. Depois, enfatizou a necessidade de organizar a economia em um tripé: poupança, educação e inovação. Então, expli-

cou que, para avançar, será preciso valorizar a indústria nacional; que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, olhe para os projetos nacionais das pequena e média empresas e da indústria nacional criativa.

O Presidente Estadual do Partido deu o exemplo de Caxias do Sul, um polo na área de metalmeccânica, que não conseguirá frear a desindustrialização sem investir em inovação. Para reforçar sua tese, mencionou o avanço de empresas sediadas no estado que estão fazendo teste para o primeiro caminhão elétrico do Brasil. “Uma empresa gaúcha se reinventando, com a inovação, a ciência e a tecnologia, buscando entrar na era do conhecimento, relançando a sua fábrica.”

O político do PSB defendeu a criação de um projeto nacional exatamente como segue apresentado pela autorreforma do partido. “Com financiamento direcionado efetivamente para produção e inovação; que a poupança interna do País seja fortalecida; e os grandes fundos de pensão no Brasil possam investir em projetos de desenvolvimento, com destaque para a indústria brasileira”, defendeu o debatedor.

Mário Bruck disse não ver, no Congresso Nacional, movimentação alguma de uma bancada pró-indústria, em defesa da ciência, inovação e tecnologia, como é exemplo a bancada ruralista.

De volta ao Rio Grande do Sul, Bruck disse ser do estado que produz o melhor gado do mundo, mas que não vendem carne, e sim navios cheios de gado vivo para o abate no Oriente Médio. “O valor agregado que poderia ser feito nos frigoríficos, o couro da carne, vai ser feito lá fora, porque nós não temos mais o incentivo, a Lei Kandir, que tira das exportações, facilita vender a matéria-prima e taxa o produto industrializado, a tendência é vender muito mais matéria-prima do que vender o manufaturado”, explicou.

Para ele, a equivocada política nacional que estimula a exportação da matéria-prima em detrimento da industrialização está gerando um empobrecimento da economia brasileira. A reversão dessa realidade, na fala do político gaúcho, é a qualificação da educação. “Não há desenvolvimento e inovação sem investimento em educação. Os jovens, que estão para entrar no mercado de trabalho, precisam estar preparados para a inovação, a ciência e a tecnologia.”

Ricardo Coutinho aproveitou a fala do presidente do PSB do Rio Grande do Sul para reiterar que a elite brasileira nunca se responsabilizou pela falta de um projeto de nação. Que a dificuldade de adoção de um plano não somente eleitoral, mas pensado para uma geração inteira, é o que tem fragilizado o País ao longo de sua história.

O economista Márcio Pochmann intensificou o debate alertando que, a partir de 2019, a Apple passou a ter um faturamento superior ao PIB do Brasil, que ocupa a nona posição no *ranking* mundial. Para ele, a soberania nacional precisa entrar na pauta de prioridades do governo. Sem capacidade de produção, de decisão própria, o Brasil ficará refém das demais nações. As reformas recentes da previdência e trabalhista já refletem a pressão de grandes capitalistas, que ameaçam deixar o País para instalar suas empresas no Paraguai, onde, por exemplo, as férias são de duas semanas.

Ainda sobre soberania nacional, o Professor Elias Jabbour abordou a China como referencial. O país oriental, na fala do debatedor, inaugurou, em 1978, uma nova classe de formações econômico-sociais que vem sendo chamada de socialismo de mercado. O debatedor seguiu explicando: “São experiências que se utilizaram de instituições de mercado para se reinventarem e encontrar os seus

próprios caminhos para o processo de desenvolvimento. A China é uma tipologia diferente de formação econômico-social socialista”. Para ele, a cada onda de inovação institucional, a China foi elevando a capacidade do Estado em planejar a economia, enquanto abria condições para que o setor privado maximizasse a sua ação. O Estado crescia de forma qualitativa e o setor privado de forma quantitativa.

Jabbour alertou ainda que o Brasil está muito preocupado com o que Joe Biden está propondo fazer nos EUA e não percebeu que a China vem fazendo o mesmo há 25 anos. Ele chamou a atenção da esquerda brasileira para o grande desafio da criação de um projeto de governo que preveja a criação de 20 a 30 milhões de empregos em 5 anos.

Mário Bruck ressaltou que o PSB aceitou o desafio de pensar a longo prazo um projeto nacional para o Brasil e que está prestes a entregar para a sociedade brasileira sua proposta organizada na autorreforma do partido. “Ao colocar a economia criativa como um princípio importante para alavancar o desenvolvimento e a industrialização a partir do pequeno, do médio, o PSB acerta, pois é sabido que as grandes empresas, as fábricas, movimentam um grande volume de recursos, mas tem um impacto de geração de emprego, de distribuição de renda, muito menor do que o conjunto das pequenas e médias empresas”, concluiu.

O presidente da FJM, Ricardo Coutinho, asseverou que, ao propor um plano nacional de industrialização, é importante pensar na nova indústria, já que o modelo de linha de produção está saturado. E, nesse sentido, o Brasil tem suas especificidades, como a Amazônia Azul, a Economia Criativa e sua biodiversidade.

Justiça, mídias e  
ultraconservadores  
em crise: Crítica de  
um país em transe

**Carlos Siqueira**

Presidente Nacional do Partido  
Socialista Brasileiro (PSB)

**Luís Nassif**

Jornalista

**Eduardo Appio**

Juiz Federal, Presidente da Segunda  
Turma Recursal da Justiça Federal do Paraná

Para estabelecer um ponto comum entre os debatedores convidados e a plateia de internautas sobre o tema: Justiça, Mídias e Ultraconservadores em Crise: Crítica de um País em Transe, o Presidente da Fundação João Mangabeira, Ricardo Coutinho, fez algumas abordagens iniciais e traçou um fio condutor para o debate, destacando a realidade do Brasil, em especial, as questões sanitárias e os campos político e econômico.

O Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Carlos Siqueira, o jornalista Luís Nassif e o Juiz Federal e Presidente da Segunda Turma Recursal da Justiça Federal do Paraná, Eduardo Appio, foram inicialmente instigados a falar sobre seus locais de produção intelectual e refletir sobre suas práticas.

No caso do Juiz, a narrativa dialogou diretamente com sua trajetória em defesa e ampliação dos Direitos Humanos e sociais e, como não poderia deixar de ser, sobre a interferência judicial no contexto político brasileiro. “Nós estamos vivendo o apogeu do populismo judicial. Os juízes passam a ocupar a cadeira do prefeito, do governador e, por que não, a cadeira do Presidente da República para ditar de que forma o País tem que ser conduzido. E isso causa perplexidade”, enfatizou Appio.

Por outro lado, algumas interações decorrem da omissão do Congresso Nacional em realizar regulações necessárias, como, por exemplo, do direito de greve no setor público. O mandado de injunção ganhou relevância, segundo o juiz, exatamente com esse tema, a partir de 1991. Nesse sentido, alguns políticos também, intencionalmente, jogam para o Judiciário matérias que são impopulares e corrosivas eleitoralmente. “Na medida em que você deixa passar o boi, passa a boiada, e foi o que aconteceu e ainda está acontecendo hoje.”

Luiz Nassif colocou-se como vítima desse abuso do Judiciário. “Sou vítima de um conjunto de

ações que não é de bolsonaristas, mas de juízes, porque ousei criticar o Tribunal de Justiça de São Paulo, quando mandou, para a prisão, a Carmem e a filha, que fazem um trabalho aqui no Movimento dos Sem-Teto; um trabalho que era para prêmio Nobel da Paz.”

Didaticamente, o jornalista analisou as situações global e interna. No campo macro, lembrou que, nos anos 2000, a expansão irrefreável do capitalismo financeiro criou bolhas que levaram à desestruturação de todos os instrumentos de regulação, até chegar à crise de 2008. Passou pela legislação anticorrupção nos Estados Unidos da América (EUA), desencadeada a partir do ataque às torres gêmeas, em que o departamento de justiça americano fez parcerias com o Poder Judiciário, influenciando, anos depois, o Brasil, com a Lava Jato.

“Internamente, se tem um governo republicano, chamado de republicano ingênuo, com visão sindical, que passa a conferir o poder de nomear procurador-geral aos próprios procuradores, reforçando a corporação”, disse o jornalista, para quem a degradação do Ministério Público começou com o desejo de demonstração de força na apuração do “blefe” do Mensalão.

Sobre o que aconteceu na sequência, Nassif acrescentou que a divisão entre o PT e o PSDB, deixando esse último órfão politicamente, fez com que tudo contribuísse para a criação de ódio. “Sem alternativa de substituição do PT, mesmo com todos os erros cometidos pela Dilma no final do governo, eles passam a apostar no *impeachment*. E, daí, qual é a ferramenta para o *impeachment*? É o uso da Justiça, do Ministério Público e da Polícia Federal, para objetivos políticos. É isso que deu um imenso poder para o Moro, para os procuradores, para cometer toda sorte de arbítrios”, reiterou Luiz Nassif.

O Presidente Nacional do PSB, Carlos Siqueira,

afirmou que a crise é essencialmente política e não nasceu da noite para o dia. “Isso não começou com a eleição de Bolsonaro. É, sim, o ápice de uma tragédia anunciada ao longo do tempo, não só no Brasil, mas em várias partes do mundo”, disse ele. O sistema financeiro capturou o sistema político e os partidos. As pautas dos parlamentos e as políticas a serem implantadas tornaram-se as mesmas para quase todos os países, refletindo demandas apresentadas pelo Banco Mundial.

Para ele, a esquerda também caiu nesse conto. Quando o Presidente Lula foi eleito, e ele tinha muitos quadros que poderia aproveitar no Banco Central, convocou o Henrique Meirelles, que estava há 20 anos em Washington, num banco internacional. Lula o indicou para que o mercado ficasse feliz em ter um representante do capital no governo. “O crescimento econômico, comparando, foi o mais baixo da história, nos últimos 35 anos de democracia.”

Sobre a ampliação do espaço de atuação do Judiciário, Siqueira explicou que só foi possível porque havia um vácuo. Aberto, segundo ele, quando Ulysses Guimarães perdeu a presidência da Comissão de Constituição e Justiça. “Dr. Ulysses era o chefe da oposição, o homem que lutou bravamente para redemocratizar o Brasil.”

Carlos Siqueira contou que, por diversas vezes, Ulysses Guimarães anunciava que a legislatura futura seria pior do que a anterior. “Quando se reclamava dos deputados, ele dizia assim: ‘Você está reclamando, mas espere a próxima para você ver o que será’. E de próxima em próxima, de piora em piora, chegamos onde estamos, que, realmente, é uma catástrofe política para o País”, asseverou o Presidente Nacional do PSB.

Ao não se discutir, na Câmara dos Deputados, os evidentes problemas nacionais, abriu-se espaço para as interferências externas. Um dos desvios de

atenção política mencionado por Siqueira é a questão das emendas parlamentares. “Essa prática é uma deformação extraordinária da política. Impede o Poder Executivo e o próprio Legislativo de fazerem um planejamento estratégico para o País”, explicou.

O tema ganha relevância quando se constata que 65% dos tributos arrecadados no País são destinados ao Governo Federal. Uma parte menor é conduzida aos municípios e outra parte mediana aos Estados. Como resultado dessa prática, observa-se a dependência dos entes subnacionais ao ente federado, que deveria ter o imprescindível papel de pensar estrategicamente os desenvolvimentos econômico, social, industrial, de infraestrutura, do País.

Carlos Siqueira acrescentou os equívocos de destinação política, como, por exemplo, o governo federal atuar em programas de creche, conforme aconteceu na gestão de Dilma Rousseff; ou mesmo a instalação de equipamentos de ginásticas nas praças estar na pauta federal. Segundo o Presidente do PSB, práticas como essa enfraquecem o debate necessário. “Onde está a política de ciência e tecnologia? Onde está um pensamento estratégico para desenvolver um patrimônio fantástico que pode se transformar num ativo econômico extraordinário, que é a Amazônia brasileira? Quem está estudando como transformar essa biodiversidade e a biotecnologia riquíssima que existe na Amazônia?”, questionou ele.

Na mesma linha, indagou ainda a quem caberá desenvolver um programa de criação de milhões de empregos, a partir do turismo, considerando as características próprias de cada região do País.

Ao renunciar à política estruturante em troca de “migalhas”, não há o avanço do novo federalismo, prática pública capaz de proporcionar ao País e ao Governo Federal um desenvolvimento estratégico.

Siqueira retomou a alguns momentos políticos do Brasil para exemplificar. Lembrou a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a maneira como se originou o agronegócio; o acordo militar com a Alemanha, que permitiu a presença do Brasil entre os oito países que dominam a tecnologia do enriquecimento de urânio; o trabalho realizado pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A. (Embraer) e pela Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras).

A falta de uma visão estratégica dificulta a percepção de que o Brasil é o centro de potencialidades extraordinárias. “A água é um ativo fundamental para o futuro da humanidade e nós temos em abundância. Temos terras que podem produzir alimentos para toda a população brasileira e, mais ainda, exportar para grande parte do planeta. Temos uma capacidade energética como pouquíssimos países do mundo e podemos ter uma matriz energética completamente limpa. Nós temos a potencialidade do turismo e tudo isso está sendo desperdiçado”, acrescentou Siqueira.

Para Carlos Siqueira, a atuação do Judiciário realmente se dá no vazio das outras instituições e, segundo ele, foram criadas grandes estruturas do Poder Judiciário e do Ministério Público, maiores do que as dos partidos, maiores até do que alguns parlamentos.

“Satanizaram os partidos”, disse Siqueira, na tentativa de enfraquecer cada vez mais a política com o propósito de garantir base sólida para as políticas ultraliberais, que se ramificam em governos fracos.

Questionado pelo mediador Ricardo Coutinho, o Juiz Eduardo Appio falou sobre o comportamento da imprensa brasileira. Para o profissional do Judiciário, o que acontece com essa relação carnal entre Ministério Público, Judiciário e imprensa é a desconstrução de toda e qualquer base edificada

nos 1.500 anos do direito, não só no Brasil, mas fora do País. Ele abordou dois pilares como fundamentais: A imparcialidade dos juízes e o direito penal retroativo. Sobre o segundo, explicou mais detalhadamente. “Direito novo só pode retroagir para beneficiar o acusado ou o condenado. Nunca, em nenhum sistema, vai retroagir para prejudicar o acusado. Então, se uma tese que é muito nova sobre autoria intelectual, sobre autor, imediato ao domínio do fato, é criada, e consegue angariar o apoio no Supremo Tribunal Federal, anos depois do cometimento de um suposto crime, anos depois que o processo já foi julgado, evidentemente que essa teoria, por ser direito novo não pode nunca retroagir.”

A constatação alarmante feita pelo Juiz é que esses dois pilares foram implodidos, no Brasil.

Como sugestões para rever esse problema, Eduardo Appio recomendou o fortalecimento das assessorias de imprensa, impedindo que os juízes se manifestem diretamente; a responsabilização de juízes e promotores, no caso de vazamento de informações sigilosas (adoção de práticas para evitar o dano irreparável à figura pública); garantir que juízes e promotores, quando interagem com a imprensa, tenham todos os seus contatos devidamente registrados e, nesse caso, mais do que isso, que sejam registradas também todas as comunicações entre juízes, promotores e delegados; proibição de que esses profissionais do Judiciário recebam qualquer subvenção ou subsídio de governo estrangeiro de forma direta ou indireta; incrementar o sistema de *compliance* para ampliar mecanismos de transparência das organizações judiciárias; fixar responsabilidade criminal para os casos de desobediência dos juízes em relação às decisões dos tribunais superiores e também dos tribunais regionais federais e, por fim, proibir o vazamento de informações sobre as delações premiadas,

mesmo depois de homologadas pelo Judiciário.

Luiz Nassif precisou historicizar a trajetória da imprensa, para apresentar sua ponderação. Disse que os anos de 1990 foram de maior glória da mídia. “Mundialmente, os jornais impressos nunca ganharam tanto dinheiro”, asseverou. Mas, no último ano da década, com a desvalorização cambial, houve uma quebraadeira generalizada. “No caso do Brasil, o setor resolveu implementar uma estratégia semelhante ao australiano Rupert Murdoch’s. Ele percebeu que tinha um movimento de ultradireita crescente e adequou sua retórica, se colocando, através da *Fox News*, como um partido político.”

Segundo Nassif, “a imprensa mistura dramaturgia com jornalismo e cria vampiros”. E isso trouxe o Brasil até os dias de hoje, com as perseguições, as *fake news* e o crescimento das redes sociais. Para ele, foi o início da pior fase do jornalismo brasileiro.

Para intensificar a crise, Nassif mencionou outro fator relevante: A busca por financiamento para incrementar o novo modelo de negócio balizado pela internet. “Houve uma aproximação entre os empresários da mídia e os banqueiros”.

Daí por diante, a qualidade da imprensa foi ladeira abaixo, com sucessivos casos de *fake news*; envolvimento em escala com o Supremo; histórias de vazamento e grampos.

“Qual é a grande manipulação da imprensa?”, perguntou, a si mesmo, Luiz Nassif. E, resumidamente, respondeu, confundir informações verdadeiras irrelevantes com informações falsas de impacto.

Ricardo Coutinho interagiu pedindo para que Carlos Siqueira debatesse a partir da frase publicada pelo mesmo nas redes sociais. O Presidente do PSB anunciou que “o momento exige grandeza e reflexão. Para combater o fascismo, precisamos

alargar os horizontes, além dos partidos de esquerda, e ampliar as forças em defesa da democracia. É uma frente necessária não para discutir candidaturas, mas sim para encontrar soluções diante dos desafios”.

Sobre esse contexto, Siqueira completou a partir do princípio de que está havendo um retrocesso profundo, no País, dos pontos de vista político, econômico, social, em que a contradição da luta política não é necessariamente esquerda e direita. A contradição essencial a superar é democracia e autoritarismo. “Nós estamos definitiva e desgraçadamente ameaçados pela possibilidade da introdução de um novo regime autoritário de novo tipo, porque não é o golpe de estado clássico, é um presidente eleito, em situação excepcional, uma eleição atípica, que declaradamente é o inimigo da democracia.”





## A nova geopolítica global e o Brasil sequestrado pelo atraso

### **Celso Amorim**

Diplomata Brasileiro, Ex-Ministro  
das Relações Exteriores e da Defesa

### **Camilo Capiberibe**

Deputado Federal – PSB/AP,  
Ex-Governador do Amapá

### **Ricardo Coutinho**

Mediador

Na data de apresentação da edição do Pense Brasil que abordou o tema A Nova Geopolítica Global e o Brasil Sequestrado pelo Atraso, o Brasil tinha registrado a morte de 1.641 pessoas, vítimas da Covid-19. Fato alarmante sob todos os aspectos, disse o Presidente da Fundação João Mangabeira, Ricardo Coutinho, em sua fala inicial. Depois, acrescentou que o mais temeroso era o Brasil estar totalmente perdido, um ano depois do início da pandemia.

Com esse tom de perplexidade, o mediador apresentou os dois convidados, o Diplomata Brasileiro, Ex-Ministro das Relações Exteriores e da Defesa, Celso Amorim e o Deputado Federal do PSB-AP, Ex-Governador do Amapá, Camilo Capiberibe. Como primeiro tema, Coutinho indicou uma reflexão sobre a realidade global.

Para entrar no assunto, Celso Amorim contou que, em 2015, ele participou de um encontro sobre o ebola que, ao final, emitiu um relatório declarando que se nada fosse feito no mundo, a consequência seria uma pandemia exatamente como essa iniciada em 2020. Na avaliação do Diplomata, as lideranças mundiais têm escolhido investir em armas de todos os tipos, nucleares, tecnológicas, cibernéticas e negligenciado setores como o da saúde. Para Amorim, analisando a história, embora inimaginável essa situação, há um tempo atrás, a possibilidade de uma pandemia estava na previsão de alguns especialistas.

Ainda segundo ele, um dos pontos centrais do problema é a relação equivocada que o homem tem vivido com a natureza. “Acho que ainda há muitas indagações em torno da origem do vírus, mas parece haver um consenso, entre cientistas, de que a ruptura dos ecossistemas e a ruptura da forma de vida de certos animais é a causa”, disse Amorim.

Em relação ao comportamento global, o Ex-Ministro alertou que a trajetória da China em busca da soberania econômica ultrapassando os EUA, prevista

anteriormente para acontecer em 2031, já antecipada para 2027, deverá promover uma mudança sem precedente na ordem mundial. “Acho que o neoliberalismo extremado, que já estava sendo colocado em xeque de certa maneira, a exemplo do Chile, essa busca desenfreada pelo lucro, vai ser ainda mais questionada.”

Especificamente sobre o Brasil, Amorim lamentou o fato de a Organização Mundial da Saúde (OMS) estar colocando o País como o possível epicentro da epidemia, em futuro muito breve. “Em termos globais, nos Estados Unidos ainda é maior o número de casos, mas lá está caindo acentuadamente, tanto o número de contaminações quanto de mortes enquanto no Brasil está aumentando.”

O Deputado Federal Camilo Capiberibe, que atuou nesta edição do Pense Brasil também como mediador, pediu para que o Ex-Ministro comentasse em que medida esse fracasso do Brasil, dos EUA, da Suécia e outros países, em comparação com a China, evidencia um desequilíbrio econômico.

O Diplomata destacou que o problema de casos registrados de Covid e de mortes em todo o mundo é alarmante, mas que o pior é o negacionismo do governo brasileiro, que tem cometido sucessivos erros políticos em relação à pandemia.

Ricardo Coutinho contribuiu com o debate lembrando que, em 2009, a cobertura vacinal do Brasil era de 90%, um exemplo para o mundo, e que, em 2020, cobriu somente 49%.

Para Celso Amorim, a situação do País está tão do avesso que, segundo ele, nesse momento, bastaria voltar ao normal. “Depois da normalidade, podemos retomar nossas antigas batalhas”, disse o Diplomata, abismado com o fato de um País que figura entre os cinco maiores em território do planeta; entre os dez mais populoso; a sexta economia do mundo, pelo menos antes da pandemia, consegue se isolar como está acontecendo no

momento. Para ele, não basta ser incompetente, é preciso que haja um desígnio de destruição muito claro. “Eu acho que é um desígnio de destruição que nós estamos vivendo em todas as áreas: saúde, cultura, educação, economia e, obviamente, também diplomacia”, concluiu.

O Deputado Federal Camilo Capiberibe afirmou não ser sem motivo o ataque que o governo Bolsonaro fez à China; o isolamento dentro dos BRICS; virar as costas para a América Latina; apoiar tão claramente um candidato à presidência como fez no caso de Donald Trump. Atitudes que tem levado o País a ser visto, pelos demais líderes mundiais e pela imprensa de todos os lugares, como uma Nação descontrolada.

Para responder aos dois políticos do PSB sobre como o Brasil se moveu de uma posição em ascensão, há dez anos para esse lugar no final da fila do desenvolvimento, Celso Amorim disse que o “malfeito é muito difícil de ser desfeito”. Depois, mostrou preocupação em relação à juventude. “Essa destruição que está ocorrendo é uma coisa sem paralelo. Eu não sei o grau de desânimo que isso pode ou não causar na juventude, porque eles olham o que está acontecendo. E eu não sei que futuro eles podem esperar do Brasil.”

Na narrativa do Diplomata, apesar de muitos períodos de problemas, da lentidão em sair de crises, o Brasil, desde o Governo Geisel vem melhorando. Saiu da ditadura para um governo civil; promoveu um impeachment que uniu a Nação; a estabilização da economia; a crescente democracia. “E agora, desde o período do impeachment da Dilma, nós entramos num redemoinho de piorar, piorar e piorar”, desabafou o Ex-Ministro.

Mesmo não conseguindo ser definitivo nas causas dos problemas, Celso Amorim evidenciou que a manipulação tem sido prejudicial, na condução política do País. Como um antídoto para tudo o

que está acontecendo, ele defendeu a necessidade de uma união das forças progressistas. “Claro que, lá na frente, vamos nos separar; eles querem acabar com as leis trabalhistas; eles querem privatizar; nós não queremos, mas eu acho que a gente tem que ter uma frente muito ampla para interromper a loucura.”

De volta no tempo, o Diplomata lembrou de uma frase dita e repetida por seu pai, de que o Brasil é grande demais para cair no abismo. Entretanto, nem todo o tamanho do País será capaz de impedir sua queda, se não ocorrer uma mudança de rumo. Para evidenciar essa realidade, o debatedor acrescentou o fato de ter havido uma reunião de lideranças da Colômbia, do Chile e Uruguai para tratar da vacinação na América Latina e o Brasil não ter sido convidado. Nas palavras de Amorim, não pega bem estar do lado do Brasil, nesse momento da história.

O Diplomata lamentou, pela indignação explícita, mas foi acompanhado pelo Deputado Camilo Capiberibe. “Eu entendo essa indignação, é muito difícil manter o otimismo numa situação como essa de negação daquilo que é um fato concreto colocado na sua frente, como é o caso da pandemia.”

Entretanto, o parlamentar é assertivo, ao dizer que a força progressista desse País terá muito trabalho para reconstruir a Nação, depois dessa destruição de credibilidade que o Brasil está vivendo. “No entanto, o Brasil é um país resiliente”, asseverou Camilo Capiberibe.

Convidado a avaliar a economia brasileira a partir dos olhos do mundo, o Diplomata Celso Amorim afirmou que o País deveria estar cuidando da sua industrialização, sem a qual sempre será refém. Embora a China não possa se dar ao luxo de deixar de comprar do Brasil, em especial produtos do agronegócio, se diminuir a compra em 10%, será um grande prejuízo. “Nós não cuidamos disse direito. O Lula vez muita coisa pela indústria naval, no

Rio de Janeiro, ações específicas no Nordeste, mas houve um esgarçamento promovido pela elite e os efeitos podem ser vistos na atualidade.”

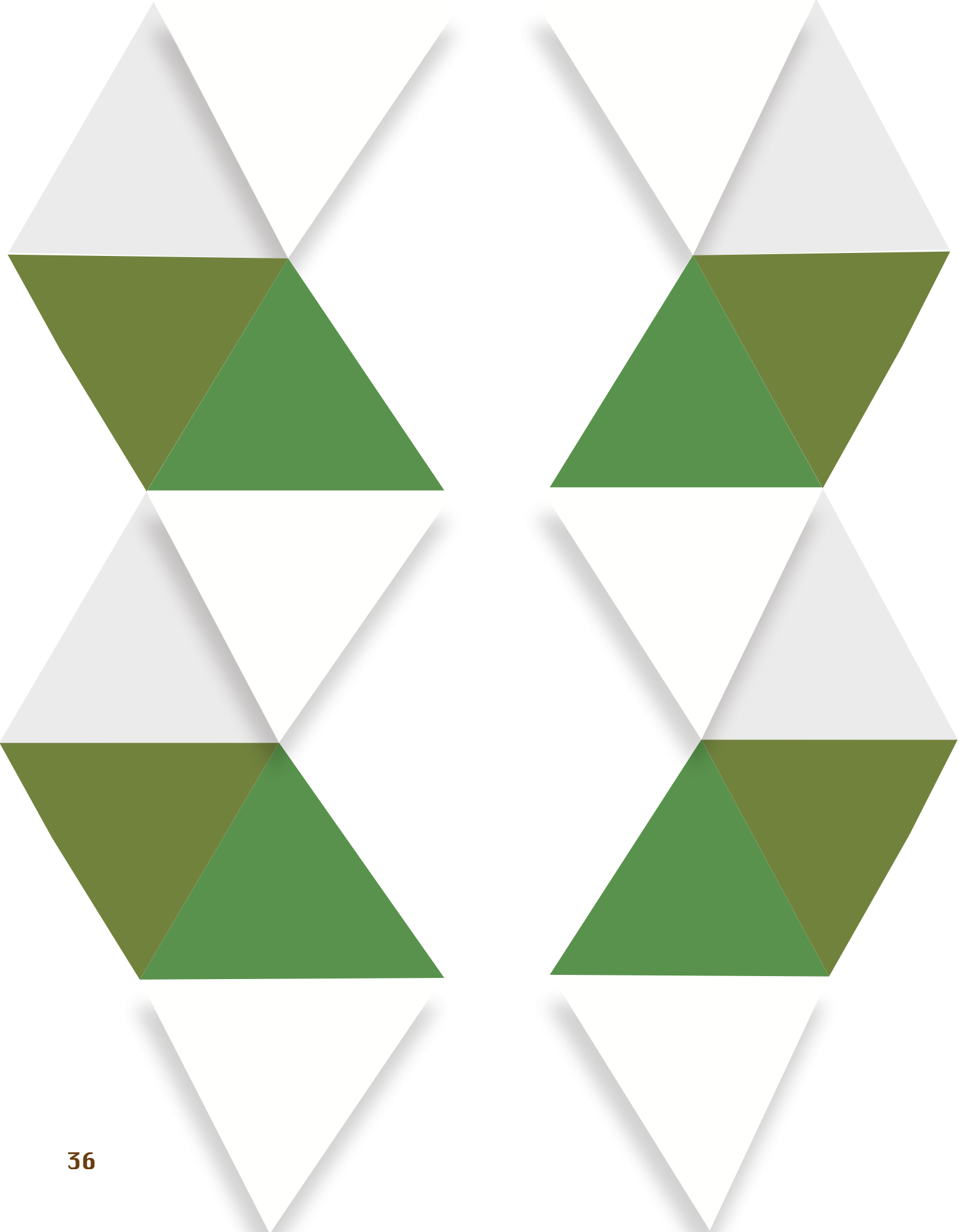
“Eu acredito cada vez menos na elite brasileira e cada vez mais no povo”, disse Amorim, para expressar sua opinião sobre a força da população em relação às mudanças que precisam ser feitas. Mas alertou que nada será possível sem um amplo e comprometido projeto de Nação que priorize o investimento em educação pública de qualidade.

Uma educação que valorize a relação de pertencimento do cidadão em sua localidade, de maneira que todos possam fazer parte, interagir e participar da vida política da cidade e do País.

Ricardo Coutinho também se manifestou sobre as elites brasileiras. Disse tratar-se de representações apátridas. “As elites do Brasil adoram o que tem em outro canto. Às vezes, não sabem nem o que é, mas se for de fora do País, adoram. São essências muito improdutivas”, disse o presidente da FJM. E, na sequência, pediu para Celso Amorim comentar se o Brasil tem sido vítima em uma guerra híbrida com problemas internos e externos.

O debatedor primeiro concordou e depois explicou que, para os EUA, o Brasil não pode vir a ser nada mais do que o seu quintal e, nesse sentido, sim, tem havido muita pressão de fora, mas ele não acredita em avanços que não sejam apoiados pelas forças internas economicamente dominantes. “Eu sou um pouco cuidadoso com o conceito, mas o Brasil foi vítima de um ataque externo, mas motivado e facilitado pela própria, chamemos assim, elite econômica brasileira e elite midiática brasileira”, explicou Amorim.

Apesar da indignação com toda a realidade de momento, Celso Amorim afirmou acreditar no potencial da Nação. “O Brasil é um país em ruínas. Podem não ser ruínas físicas, mas são ruínas institucionais e nós vamos ter que construir o País em cima delas.”



Capa em papel Couche Brilho LD 210 g/m em 4x4 cores.  
Miolo: Couche Brilho 115 LD g/m em 4x4 cores.  
Grampeado. Tiragem: 3.000 unidades

**Qualidade Gráfica e Editora**

Polo JK - Trecho 01 - Conjunto 03 - Lote 06 - Santa Maria  
Brasília - DF | CEP: 72.549-515  
Tel.: 61 3386-5199 | [www.qualidadedef.com.br](http://www.qualidadedef.com.br)  
[qualidade@qualidadedef.com.br](mailto:qualidade@qualidadedef.com.br)

“  
**NÃO**  
vamos  
**desistir**  
do **Brasil**”

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-60441-47-1



9 788560 441471

